

Valentia e ancestralidade – pressupostos para uma genealogia do boxe baiano¹

Michel de Paula Soares
PPGAS/USP

Palavras-chave: boxe olímpico; antropologia urbana; relações raciais

O boxe, em sua versão olímpica, é uma prática esportiva que se (1) caracteriza pelo confronto corpo a corpo que se estabelece entre dois adversários, ou adversárias, cujo contato se dá através da troca de golpes, com os punhos, em partes vitais da cabeça e do tronco; (2) cuja avaliação se baseia na percepção subjetiva dos sujeitos que exercem a função de juízes e árbitros, que devem atribuir a maior pontuação ao atleta que der maior número de golpes eficazes em seu adversário, assim como receber uma menor quantidade de golpes, durante um período de tempo estabelecido e controlado com rigor. Anteriormente chamado de boxe amador, em contraste com o boxe profissional (gerido e administrado por empresários, bolsas de apostas e acordos monetários dos mais diversos²), hoje é chamado de *open boxe* (nomenclatura internacional que *não pegou* no Brasil) ou, denotativamente, boxe olímpico. É uma das modalidades que melhor representa o imaginário olímpico heroico (Rubio, 2017), visto estar associado às disputas individuais agonísticas, em forma de combate, existentes desde os Jogos Olímpicos da Antiguidade.

Muito antes de alguma coletividade humana desenvolver uma bola de futebol e se dividir em times opostos, duas pessoas já trocavam socos diante de uma plateia, seja por diversão, disputa, conflito, prazer, agressão ou violência. Pessoas trocando socos estão nas pinturas rupestres da serra da capivara, como vemos no filme de Tadeu Jungle, de

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Sobre alguns arranjos no boxe profissional praticado no Brasil, ver o segundo capítulo de minha dissertação (Soares, 2018). Para compreender o contexto norte-americano, meca do boxe profissional, ver o trabalho clássico de Loïc Wacquant (2002).

quem tomo emprestada a ideia acima³. Porém, não nos interessa ancorar/fixar o boxe nem buscar sua raiz milenar, matéria para historiadores das mais variadas vertentes. O boxe está resente em todas as edições dos [Jogos Olímpicos](#) desde [St. Louis em 1904](#), com exceção dos [Jogos de Estocolmo](#), em [1912](#) (devido a uma lei [sueca](#) que baniu a prática do esporte em seu território). Até a edição de 2008, era disputado somente na categoria masculina, fato alterado a partir dos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, quando a categoria feminina foi implementada, após aprovação do [Comitê Olímpico Internacional](#)⁴. É organizado de acordo com uma divisão por categorias de peso. O número de categorias varia de acordo com a edição, sendo que na edição de Tóquio, 2020, foram oito categorias masculinas e cinco femininas. A princípio, a divisão por pesos busca imputar um equilíbrio racional ao combate, e quando não acontece, geralmente é rejeitada e inibida por treinadores e responsáveis. Evita-se machucar alguém desleal do ponto de vista do equilíbrio técnico da disputa. Conforme observou Cristiano Barreira, “nas práticas de combate há certa presunção tácita adquirida pela experiência prática de que a intensidade combativa se define por reciprocidade” (Barreira, 2017, p.289). A desigualdade não é esperada, nem por quem bate (vence), nem por quem apanha (perde). Vencer um adversário, ou adversária, que não possui habilidades compatíveis é menos glorioso que vencer um combate em pé de igualdade. Sempre a princípio.

As narrativas sobre o início da prática do boxe no Brasil são centradas no eixo São Paulo – Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida os portos das cidades litorâneas, onde marinheiros e trabalhadores europeus, já conhecedores e praticantes, iniciaram trabalhadores e entusiastas brasileiros, através de demonstrações, exibições e combates combinados. Em Salvador, Bahia, ouvi tese semelhante, do treinador Reinaldo Solis:

O boxe sempre existiu lá no porto. Se vocês forem na Liberdade vocês vão ficar sabendo da história do princípio do boxe aqui, como o boxe chegou aqui. Porque a Liberdade fica na cidade baixa, de frente para o mar, perto do porto. Porque o boxe chegou na Bahia através dos gringos, dos ingleses, franceses, americanos. Eles vinham trazer as cargas pra Bahia, muitos eram lutadores, e pra eles não ficarem inativos, eles

³ Terra de Lutas (2017). Com a devida substituição da bola de basquete pela de futebol, afim de aproximarmos do contexto nacional popular.

⁴ Por mais que as mulheres, historicamente, pratiquem boxe desde o início do século XX, conforme pesquisa de Ingen (2016).

pegavam os trabalhadores do porto, estivadores, que eram fortes, porque antigamente não tinha maquinário, era trabalho braçal, e ensinavam eles pra poder treinar nos porões dos navios. E esses caras eram justamente da cidade baixa, da Liberdade, de Paripe. E então o boxe surgiu assim.

Por mais que a prática fosse comum já no início do século, foi apenas nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1948, que os primeiros boxeadores brasileiros atuaram. Pouco se sabe sobre as primeiras gerações de boxeadores olímpicos, visto que, de forma geral, as pesquisas e publicações sobre boxe que retratam o período são, majoritariamente, sobre o boxe profissional que se organizava em algumas capitais, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (Macedo, 2019, Caratti, 2017).

Enquanto modalidade olímpica, o boxe apresenta algumas particularidades que o diferenciam de outros contextos, associações e circuitos onde é praticado. A eufemização da violência (Costa, 2022), por exemplo, característica dos esportes de combate determinados pela competição institucionalizada, performática e estética, é muito mais acentuada no boxe olímpico em comparação ao boxe profissional. Não se luta com o peito de fora, é preciso um uniforme que identifique a atleta. E não se pode lutar sangrando. Assim, as imagens cinematográficas que compõem a iconografia do boxe, saturadas de sangue e hematomas, não fazem parte do ambiente de competição do boxe olímpico, independente da escala. Conforme pude compreender durante o curso de formação em arbitragem, realizado pela FEBESP⁵, com instrução de Mauro Silva, delegado de arbitragem da CBBBoxe⁶, os árbitros são formados e instruídos para darem ênfase à segurança e proteção do atleta – “é preferível parar mil combates mais cedo que um muito tarde” é o lema de Mauro. Independentemente da categoria, idade e gênero, os combates são realizados em três rounds, contrastando com as longas pejeas que se prolongam no boxe profissional até a exaustão de ambos os competidores. É claro que todas essas regulamentações, dinâmicas e variáveis ao longo do tempo, não excluem a possibilidade de acidente traumático. Por mais que rara, em comparação com outras modalidades de combate, ou mesmo a outros esportes de alto rendimento de forma geral, a possibilidade e virtualidade da morte sempre acompanha a pessoa atleta que sobe em algum ringue.

⁵ Federação Paulista de Boxe, instituição estadual participante da Confederação Brasileira.

⁶ Confederação Brasileira de boxe.

No Brasil, o boxe olímpico tem sua representação máxima na Confederação Brasileira de Boxe, instituição a qual estão subordinadas as federações estaduais. Sua sede está no bairro de Santo Amaro, no Estado de São Paulo, sendo composta por um ginásio de uso particular (dentro de um equipamento municipal, o Parque Jorge Bruder) e duas casas, que servem de alojamento para os e as atletas e treinadores. Isso porque a seleção brasileira de boxe possui uma equipe permanente, com algumas variações e convocações sazonais, mas dentro de um quadro mais ou menos fixo de treinadores e atletas. Dessa forma, o boxe olímpico brasileiro é um investimento do Estado. Contudo, as equipes de base que formam os atletas, desde a iniciação a especialização técnica, são formadas e agenciadas seguindo diferentes arranjos, desde espaços autônomos que aplicam investimentos próprios a equipamentos que contam com investimento público. Em meu trabalho de campo realizado em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, venho acompanhando as relacionalidades que informam sobre a política institucional do boxe olímpico, relações dentro de federações, alianças e rupturas entre treinadores e dirigentes, de maneira que possamos nos aproximar da compreensão de como se faz política institucional a partir do boxe olímpico.

Nas últimas duas décadas, a Bahia⁷ ocupa um lugar de destaque na prática do boxe olímpico. A justificativa é tanto quantitativa quanto qualitativa: (1) das sete medalhas conquistadas pelo Brasil em olimpíadas na modalidade, quatro são de soteropolitanos; (2) a atual seleção brasileira olímpica é composta com cerca de 60% de atletas baianos e baianas; e (3) “se você quer aprender sobre o boxe brasileiro, precisa ir pra Bahia”, conforme aconselhou-me Leonardo Macedo, técnico da seleção brasileira. Isso porque, tanto na capital como nas regiões adjacentes, o boxe é uma atividade popular, prática amplamente disseminada na paisagem, na música, na memória e na corporalidade soteropolitana (com a clara exceção das elites e da pequena classe média branca que vive em enclaves fortificados, seja na orla, seja em condomínios mais distantes da região central), encontrada em dezenas de bairros, favelas e quebradas. Ou seja, o boxe, desde os anos setenta do século XX, passou a ser parte fundamental e representativa do que significa ser baiano(a), ligado a outros valores significantes na ancoragem dessa identidade. Mesmo antes de ser um caminho para ascensão social através da construção de uma carreira profissional, o boxe é uma prática rotineira e comum. As teorias locais

⁷ Refiro-me mais especificamente à capital Salvador e à região metropolitana, incluindo boa parte do Recôncavo baiano, por mais que a prática exista em cidades do interior, porém em menor quantidade.

para a popularidade do boxe em Salvador, como escutei em meu trabalho de campo, revelam que a prática do boxe está “no sangue do baiano”, intimamente associada à cultura da dança, às práticas populares do corpo (como a capoeira e suas ramificações, de uma forma mais ampla) e, principalmente, ao carnaval popular dos blocos de rua, conhecido como a *pipoca* do carnaval⁸.

Entre julho e setembro de 2021, estive em 18 bairros de Salvador e 12 cidades da região metropolitana, interior e Recôncavo Baiano onde existem escolas de iniciação e aprendizagem do boxe olímpico (Camaçari, Dias d’Ávila, Cachoeira, Conceição de Almeida, Cruz das Almas, São Felipe, São Sebastião do Passé, Pojuca, Alagoinhas, Nazaré das Farinhas, Ilha de Itaparica e Petrolina/PE). No total, foram realizadas 31 entrevistas, além de dezenas de conversas formais e informais, visitas, participação em torneios, treinos e outros espaços de referência. De forma geral, o que pude conhecer e verificar nesses municípios e regiões onde estão localizadas escolas de boxe olímpico que formam quase a totalidade dos atletas que integram as equipes de alto rendimento é a multiplicação desses espaços de maneira exponencial. Acumulam-se as narrativas sobre os feitos, realizações e conquistas das equipes e atletas, geralmente finalizando com um “apesar de”, a propósito das condições sob as quais são construídas tais conquistas: falta de recurso financeiro, estabilidade e incentivo estatal, invisibilidade, disputas com outras funções e profissões – principalmente o tráfico de drogas. Esse fenômeno de expansão levado a cabo nas últimas duas décadas tem relação direta com as (1) políticas públicas para os esportes desenvolvidas a partir do primeiro governo Lula (2002), com destaque para a implementação do Bolsa Atleta⁹; (2) proliferação da aprendizagem, ensino e prática em projetos sociais, instituições do Estado, clubes, academias, casas e escolas particulares em diferentes escalas e padrões de institucionalização.

Novamente, vale lembrar que as medalhas conquistadas nos últimos anos possibilitaram uma maior visibilidade, destaque e engajamento popular, gerando múltiplos arranjos de

⁸ A pipoca é uma prática popular e amplamente disseminada de performatividade masculinizada e viril, uma “cena de insubmissão” (Pinho, 2017) autônoma, festiva e coletiva, que acontece durante as festas e saídas de blocos no período do carnaval baiano, ou em festas ao longo do ano conhecidas como Micaretas, onde se dança com a postura do boxe, trocando socos e golpes em escalas de intensidade diversas.

⁹ Criado em 2004 no Ministério dos Esportes e posto em prática a partir de 2005, é um programa de patrocínio individual para esportistas com destaque em suas modalidades, com ênfase para os esportes olímpicos.

atuação, desenvolvimento e formas de mobilidade por parte das pessoas que fazem a prática no Brasil. A seleção brasileira de boxe ganhou sete medalhas nas três últimas edições dos Jogos Olímpicos (Londres, 2012; Rio de Janeiro, 2016 e Tóquio, 2020), duas na modalidade feminina e cinco na masculina, depois de um hiato de 44 anos desde sua última conquista – a medalha de bronze de Servílio de Oliveira no México, em 1968. Ouvindo histórias de vida de atletas olímpicos em diferentes fases da trajetória, Katia Rubio notou como, para “os jovens e adultos entrevistados era constante a presença e o feito de algum atleta olímpico entre os motivos para a adesão à prática esportiva na infância” (Rubio, 2015, p.18). Assim, a importância da conquista de uma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos (a segunda conquistada por um brasileiro), por um jovem negro nascido e criado na periferia de Salvador, iniciado na modalidade em um projeto social, é sincronicamente imensurável. Uma façanha que pode movimentar estruturas políticas e econômicas, relações e instituições em diferentes escalas da vida social que atravessam a prática, sua representação, percepção e visibilidade.

As narrativas sobre o início do boxe em Salvador colocam os atletas Augêncio Felix de Almeida e Dilton Uchôa como os precursores do boxe baiano. Augêncio iniciou sua trajetória no início dos anos sessenta, tendo representado o Brasil em competições internacionais, com a conquista de inúmeros títulos. Dilton atuou em meados dos anos setenta, momento em que também jogava futebol profissional pela equipe do Vitória. Perguntado sobre suas primeiras referências no boxe, o treinador Marco Antônio, chefe da equipe estadual da Bahia, descreve:

Na ordem era Augêncio, depois Dilton. Nos anos 80 eu era fã de Dilton Uchôa, foi minha maior inspiração. Dia de luta dele parava a Cidade Nova (nome do bairro), porque ele era daqui. Parecia feriado. Ele dava show de boxe. Foi um dos maiores lutadores que eu vi lutar.

Assim, a ascensão e popularidade do boxe na Bahia está intimamente ligada a alguns processos que marcaram substancialmente a dinâmica social da população urbana soteropolitana na virada dos anos sessenta para os setenta do século XX: (1) as alterações no mercado de trabalho e nas relações profissionais com a implementação do complexo petroquímico nos arredores da cidade e o conseqüente adensamento urbano

fruto da instalação dos polos; (2) as alterações no carnaval, com a reafrikanização (Pinho, 2021) dos blocos de rua e a popularização dos trios elétricos.

Quanto a isso, um fato curioso chamou minha atenção durante as entrevistas com os treinadores baianos. Todos, sem exceção, possuem alguma relação com a *pipoca*. Grande parte foi *brigão de carnaval* (nome que se dá ao participante costumaz da *pipoca*), ou mesmo se iniciou no boxe justamente para sair nos blocos de rua. Conforme Wellington Squiva, treinador de Itaparica/BA:

E quando chegava próximo ao carnaval, as academias ficavam lotadas (risos), cheias, a gente treinava pra sair no Chiclete com Banana, Olodum, Trio Jóia, Vinte te Ver, eram os blocos bons daquela época. O prazer era treinar boxe pra ir para o carnaval, era uma coisa meio doida. A gente ia em grupo, e quando encontrava com um bairro inimigo tinha um choque. Nós achávamos emocionante e divertido, ir na *pipoca* pra sair na porrada.

A *pipoca* é uma prática popular e amplamente disseminada de performatividade masculinizada e viril, uma “cena de insubmissão” (Pinho, 2017) autônoma, festiva e coletiva, que acontece durante as festas e saídas de blocos no período do carnaval baiano, ou em festas ao longo do ano conhecidas como Micaretas, onde se dança com a postura do boxe, trocando socos e golpes em escalas de intensidade diversas. *Pipoca* é o nome da festa, do evento, do ritual e também da pessoa que participa: tal pessoa é *pipoca*, eu já fui *pipoca*, e assim por diante (diferente de *pipoqueiro*, gíria comum nos esportes competitivos, que serve para designar a atleta que não assume protagonismo quando é solicitada, gerando a percepção de falta de responsabilidade).

Pipoca é, assim, o grupo de pessoas que acompanham os trios elétricos durante o período do carnaval baiano, “de graça, na rua, muitas vezes espremidos entre a corda do bloco e a estrutura do camarote (...), uma entidade etérea do carnaval de Salvador” (Uchôa, 2021). Ou seja, a *pipoca* ocorre no espaço em volta da área privatizada que acompanha os trios e blocos de carnaval – a separação acontece precariamente com a manutenção de cordões e os cordeiros, funcionários pagos com a intenção de manter a segregação espacial. No agito da música praticada no trio (Aché, Pagodão e outras variações), os *pipoca*, como também são chamados, dançam a partir da postura do boxe,

uma postura destemida, afrontosa e agressiva “botando a base” (Pinho, 2017), com socos falsos riscando o ar, saltos, gingados e esquivas. Contudo, o contato físico em vias de fato acontece com frequência, conforme relato do treinador, e ex-pipoca, Reinaldo Solis:

A pior banda era o Chiclete com Banana. Iam os melhores lutadores do Brasil, não eram só os daqui não, lutador de vale tudo, de boxe, Popó, Kelson, todo mundo vinha na corda do Chiclete. Muitos treinadores conhecidos de hoje já se bateram na época da pipoca, mas passou, hoje estamos todos com mais de quarenta anos. Numa festa com 10, 15 trios elétricos, o pau quebrava. Chegava a ter 300 pessoas no pronto socorro, com fraturas diversas no rosto, no maxilar, dente arrancado.

A *pipoca* tem seu antecedente direto nos blocos de índio, ou blocos de caboclo, agregações carnavalescas comuns nos anos setenta e oitenta. Segundo descrição pioneira de Antônio Risério em Carnaval Ixejá (1982), eram grupos de pretos baianos oriundos de alguns bairros periféricos que, mimetizando os índios norteamericanos representados em filmes hollywoodianos. “Trata-se de uma violência que evidencia, com bastante nitidez, seu caráter classista. São pretos pobres da periferia urbana tomando de assalto o centro da cidade, donos da rua na folia carnavalesca, baixando o cacete em quem não pertence à ‘tribo’” (Risério, 1982, p. 48). Conforme descrito por Joilson Santana, presidente da Federação Baiana de Boxe:

Eu saia no bloco do Apache, do Dique do Itororó. Me fantasiava todo, ficava parecendo um artista, mas não ia atrás de briga, eu gostava do bloco. Agora, ir na pipoca eu ia, mas só brigava se fosse apanhar, nunca fui de brigar só porque não gostei. Se vai apanhar, bata. Hoje tem muita polícia que acompanha os trios, tá mais controlado. Mas antes, nos blocos da Praça Castro Alves, no Saborosa, Chiclete com Banana, precisava ter farinha no saco pra sair, não era fácil. Tudo veio daí, esse gingado do baiano. Se algum dia alguém me perguntar: Joilson, você já brigou com alguém? Eu digo não, eu sempre me defendi.

Normativamente qualificado como “violência anárquica”, o carnaval popular da Bahia é atravessado por múltiplas significações, formações de relacionalidades, alianças e

rupturas, formando um complexo sistema ético-filosófico que flutua entre a festa e a guerra. Longe, portanto, de qualquer visão estereotipada que insista em esvaziá-lo de sentido. É essa mesma qualificação, vale lembrar, em seu disfarce sutil de processo civilizatório, que julga e atua contra a prática olímpica do boxe. Assim, é preciso compreender a existência de uma ética singular encontrada e praticada na *pipoca*, pautada por um senso de *igualdade conflituosa* na formação de socialidades durante o carnaval de Salvador. Conforme relataram Reinaldo Solis, Roberto Bel, e outros treinadores: “na hora da pipoca eu procurava o melhor, o mais habilidoso, ou o de maior fama do grupo inimigo para brigar”. A ideia está na base da reciprocidade maussiana (Mauss, 2003): em um combate é preciso dar, receber e retribuir, ou seja, é preciso ser capaz de apanhar, mas também de bater, de forma a caminhar para um pretense equilíbrio, que nunca se realiza, porque a disputa é, em si, uma busca pelo desequilíbrio de forças. Eis o paradoxo. De qualquer forma, a ética da reciprocidade é quem pauta as relações da pipoca. A princípio, essa é a mesma lógica do ringue de boxe. Por isso, a filosofia da *pipoca* compartilha com o boxe uma filiação pautada no senso de igualdade, reciprocidade. Como dito, um pretense equilíbrio que nunca se realiza, mas que permite que tudo aconteça.

Contudo, enquanto ritual de virilidade¹⁰ e valentia, a *pipoca* apresenta diferenças estruturais com relação ao ambiente competitivo. Por mais que muitos treinadores insistam em notar uma continuidade entre as brigas de carnaval e o sucesso do boxe baiano, existem também narrativas em sentido contrário, ressaltando uma ruptura daquelas práticas com a atuação formatação, pedagogia e moralidade do boxe olímpico competitivo. Segundo o treinador Washigton Silva, “não se pratica boxe na *pipoca*, briga de rua não é boxe. No boxe a gente aprende a virar a mão na hora do golpe, isso não existe numa briga de pipoca, um soco como esse na rua pode machucar seriamente quem o receber”. Assim, nos aproximamos da relação entre jogo e rito descrita por Lévi-Strauss em *O Pensamento Selvagem* (2008). Na competição, espera-se (como de fato acontece), uma condição de igualdade prévia entre os oponentes, favorecida pela divisão por peso e categorias de idade. Já na *pipoca*, a condição de reciprocidade é

¹⁰ Virilidade enquanto performance, envolvendo coreografia, gestual, dança, disposição, aparência, ética, padrão, disciplina, arranjo (Restier, 2019). Ou seja, nos afastando do ideal de violência gratuita, como é comumente retratado o carnaval popular pela mídia.

almejada através de outros parâmetros, como valentia, coragem, reconhecimento através do *lazer agonístico* e habilidade performatizada.

Longe de retratar uma passagem do estado de barbárie para a civilização, conforme a interpretação sociojornalística neoevolutiva nos faz querer acreditar, a passagem de uma geração de brigões para uma geração de treinadores inseridos em circuitos competitivos institucionais está relacionada a uma transformação de perspectiva, *uma reinvenção de si* performática e autorreflexiva por parte desses atores sociais, atentos às políticas sociais surgidas com a ascensão do governo Lula (2002) ao poder executivo, possibilitando a assimilação de todo um aparato regulatório através de apropriações e subversões táticas, coletivas, em busca de reconhecimento, ascensão e mobilidade utilizando-se de um *saber* localizado historicamente construído.

Desde as publicações de Loïc Wacquant (2002) a partir de uma academia em Chicago/EUA à etnografia de Osmundo Pinho (2017) em bailes de pagode baiano em Cachoeira/Bahia onde se dança “botando a base”, sabemos que o boxe é uma modalidade atravessada por ideais de coragem, valentia corporal e simbólica, e uma postura corporal agressiva, destemida, muitas vezes associada à favela, mimetizando a violência sob a performance da ginga, da esquiva, da dança e do desafio. Dessa maneira, a partir da relação entre carnaval, violência e boxe, presente de forma regular nos relatos dos brigões de carnaval, busco também me aproximar de um conceito mais apropriado para se pensar e discutir a categoria violência, entendendo que

(1) a violência que permite a manutenção de um pequeno e selecionado público cativo embranquecido, cercado pro serviços, segurança e conforto, em espaço de proximidade e privilégio nos abadas dos trios elétricos no carnaval de rua de Salvador é naturalizada a partir da narrativa do direito e do consumo, alicerces do modelo de democracia e cidadania praticadas no Brasil. Em sua volta, a cena de insubmissão popular que cria o espaço autônomo – e por esses motivos amplamente vigiado – de festa e guerra, dança e porrada da *pipoca*, é “caricaturada como um atentado a uma pactuação imaginária de paz que só subsiste porque alicerçada nas falácias do racismo” (Flauzina, 2017, p.157)

(2) é preciso pensar um conceito de violência que não parta da normatividade da branquidade (Paterniani, 2019), que opõe cultura e barbárie. E, desde Walter Benjamin, sabemos que “como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura” (Benjamin, 1985, p.225). Assim, busco me aproximar de um

entendimento real sobre assimetrias, desigualdades e performances de poder, partindo da ideia de que o corpo atravessado pela racialização sente mais a violência (visto ser esta uma forma de agressão moral e ética) que o corpo tocado com força em sua face, para ampliar a ideia de violência para além do contato físico. Esse esforço está na base da conceitualização de *revide*, ou *contra-violência* (Fanon, 1968).

A geração dos brigões de carnaval é, assim, fundamental para o desenvolvimento do boxe olímpico brasileiro. Foi ela, a *pipoca*, uma importante instituição de valorização da coragem¹¹ – uma sensibilidade ancestral historicamente construída sob o fluxo da diáspora – das populações pretas e racializadas desenvolvidas na relação antagônica com o mundo antinegro (Vargas, 2020; Mbembe, 2016). Uma tradição hegemonicamente masculinizada, inventada a partir do duelo viril que compõe a formação de masculinidades subalternas, atualizada a partir da reafirmação (Pinho, 2003) do carnaval popular baiano. Ritmada e festiva, agressiva e guerreira. O que nos incentiva a pensar o carnaval para além da presença da ideologia da mestiçagem – e seu caráter cordial – vinculado à celebração da vida, *voyerismo* e prazer consumista. Mais que uma inversão do cotidiano, o carnaval permite a formação de alianças e rupturas que se perpetuam para outras escalas da vida social.

Dessa maneira, o processo histórico que culmina na conquista de uma medalha de ouro nos Jogos Olímpicos é melhor representado sob a imagem de uma arborescência, ou rizoma, e não a partir da racionalidade linear do tempo. Na Bahia, o boxe detém tradição, linhagens, rupturas e alianças. Possui uma ética, uma política e uma poética singulares, atualizando e propondo arranjos criativos para contradições que atravessam suas coletividades em diferentes escalas da vida social. Não dá pra entender a medalha de Robson ou Hebert Conceição sem entender o carnaval soteropolitano e sua ancoragem na popularização das festas de rua ativadas por trios elétricos. Nelas estão fixadas e atualizadas referências, heranças, memórias. Ou seja, ancestralidades que (in)formam um corpo, um saber, uma prática.

Assim, são saberes históricos incorporados em práticas de rivalidade e de solidariedade que atravessam o carnaval popular e ancoram na formação de uma prática olímpica. Práticas de raça e classe, portanto, que buscam se inserir em um projeto de nação, e

¹¹ Diversos treinadores me chamaram a atenção para o caráter coletivo dessa categoria. O principal componente da coragem estaria no trabalho coletivo do grupo, gradual, rotineiro e comprometido. Assim, é necessário que nos afastemos da perspectiva psicologizante/individualizante da coragem.

podem ser lidas como práticas de oposição, mas que prefiro chamar de práticas autônomas de “lazer agonístico” (Souza, 2010). Como podemos perceber, o boxe é uma prática saturada de contradições, ora reproduzindo, ora contestando condições estruturantes que formam a sociedade violentamente desigual de origem colonial, segregada e cordial. É justamente essa contradição que dá suporte para condições favoráveis à sua expansão e assimilação em populações jovens habitantes de algumas metrópoles brasileiras.

Bibliografia

- AMPARO, Jaime Alves. “Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo”. In: *Revista do Departamento de Geografia – USP*, Vol.22, 2011.
- CARATTI, Jônatas M. “Dentro e fora dos ringues: O processo de constituição do boxe moderno e sua difusão e recepção na América Latina (Séculos XVIII – XX)”. *Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de Doutor em História*. 2017.
- COSTA, Carlos Eduardo. “Artes Marciais No Alto Xingu: Mito, História E Transformações Entre Guerra E Ritual”. *Mana* 28(1), 2022.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- INGEN, Cathy Van. ““Perceber O Que Enquadra O Nosso Olhar”: Procurando Histórias Sobre Lutadoras Negras Nos Primórdios Do Boxe”. *Recorde*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2016
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo, Papius Editora, 2008.
- MACEDO, Breno Costa. “Sangue, suor e lágrimas: o boxe em São Paulo de 1928 a 1953”. *Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em História Social*. São Paulo, 2019.
- MAGNANI, José Guilherme. “De Perto e de Dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2002. <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010269092002000200002&script=sciarttext>
- MAUSS, Marcel. “As técnicas do corpo”. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

- MBEMBE, Achille. “Necropolítica”. *Arte & Ensaios* nr.32, 2016.
- OBI, T. J. “A defesa dançada de Bill Richmond”. In: *Recorde: Revista de História do Esporte*, vol.4, nr.2, 2011.
- PATERNIANI, Stella Zagatto. “São Paulo cidade negra: branquidade e afrofuturismo a partir de lutas por moradia”. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social. São Paulo, 2019.
- PINHO, Osmundo. “‘Botando A Base’: corpo racializado e performance da masculinidade no pagode baiano”. *Revista de Ciências Sociais*, nº 47, Junho/Dezembro de 2017
- _____. *Cativeiro: antinegitude e ancestralidade*. Salvador, Editora Segundo Selo, 2021.
- RESTIER, Henrique. “O duelo viril: confronto entre masculinidades no Brasil mestiço”. In: *Diálogos Contemporâneos sobre homens negros e masculinidades*. São Paulo, Ciclo Contínuo Editorial, 2019.
- RUBIO, Katia. “O imaginário heroico do atleta contemporâneo”. In: *Esporte e mito*. São Paulo: Laços, 2017.
- _____. O imaginário da derrota no esporte contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*; 18 (1): 86-91; jan/abr, 2006.
- SOARES, Michel de Paula. “Boxe é compromisso: políticas do corpo, territórios e histórias de vida de boxeadores na cidade de São Paulo”. *Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social*. São Paulo, 2018.
- SOUZA, Rolf Malungo. “O lazer agonístico: Como se aprende o que significa ser homem num bar de um bairro suburbano”. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Antropologia. Niterói, Rio de Janeiro, 2010.